



MOÇÃO

“EXIGÊNCIA AO GOVERNO PARA COMPENSAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DAS RECEITAS PERDIDAS PELA REDUÇÃO DO IMPOSTO DE SISA”

Primeiro subscritor: Acácio Alferes (PS)

O Poder Local Democrático, conquista marcante do regime democrático instituído após o 25 de Abril de 1974, embora tenha demonstrado, ao longo dos anos, uma capacidade realizadora substancialmente superior à do Poder Central, tem vindo a sofrer uma série de ataques injustos, num clima de claro afrontamento, da parte deste Governo.

Em Maio de 2002, através da Lei do Orçamento (Rectificativo) para 2002, o Governo estabeleceu a impossibilidade do aumento de endividamento líquido dos Municípios, mas admitia então como excepções os empréstimos destinados a Habitação Social, a obras cofinanciadas por Fundos Comunitários e ao Euro-2004.

Através da Lei do Orçamento de Estado para 2003 o Governo, com o voto da maioria que o suporta na Assembleia da República – PPD/PSD e CDS/PP – acabou por retirar a possibilidade de recurso ao crédito para aquilo que mais interessava aos Municípios – Habitação Social e Obras cofinanciadas pelos Fundos Comunitários – deixando só a possibilidade de empréstimos para acorrer a obras relacionadas com o Euro-2004. Estamos agora perante um novo ataque do Governo ao Poder Local.

Prepara-se o Governo para, através de uma anunciada Reforma da Tributação do Património, impor uma redução substancial nas receitas do Município. No caso de Évora tal redução deverá ultrapassar 1 milhão de euros.

Para além de representar mais um ataque à autonomia do Poder Local Democrático, trata-se de uma medida de mera propaganda do Governo, anunciada sem qualquer consulta prévia à ANMP, o que não podemos deixar de lamentar.

Assim, a Assembleia Municipal de Évora, na sua reunião ordinária de 28 de Abril de 2003:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- 1 – Reconhece que a carga tributária é na verdade excessivamente elevada mas considera igualmente que o Governo poderia e deveria aliviar a carga fiscal em receitas por si geridas, por exemplo IRS, IRC ou IVA e não nas receitas que se destinam aos municípios.
- 2 – Manifesta publicamente o seu apreço aos órgãos directivos da ANMP e à generalidade dos autarcas que, ultrapassando limites estratégicos meramente partidários, têm protestado contra as medidas anunciadas pelo 1º Ministro.
- 3 – Apela a todos os Deputados da Assembleia da República para que, exijam do Governo apoios compensatórios para os municípios equivalentes à receita perdida com esta alteração tributária, caso a mesma venha a ser aprovada.
- 4 – Manifesta desde já o seu apoio à convocação de um Congresso Extraordinário da Associação Nacional de Municípios onde possam ser tomadas as medidas julgadas mais eficazes para contrariar os ataques do Governo ao Poder Local Democrático.

Évora, 28 de Abril de 2003

(Aprovada por maioria, com 33 votos a favor e 2 votos contra)



MOÇÃO

“CONTRA OS ATRASOS E INVERSÃO DE PRIORIDADES NO PROJECTO DE ALQUEVA”

Primeiro subscritor: José Luís Cardoso (PS)

Após muitas décadas de recuos e indecisões, o Governo do PS, eleito em 1995, em cumprimento dos compromissos eleitorais estabelecidos com os alentejanos, assumiu a decisão de arrancar com o maior investimento estruturante de sempre na Região, antes mesmo da decisão comunitária de co-financiar o projecto ser tomada.

Desde 1997 foram dados importantes passos que culminaram, em 2002, com o fecho das comportas da Barragem, a reposição das acessibilidades, a conclusão da Aldeia da Luz e do 1º bloco de rega, a par do lançamento de diversos projectos e de várias frentes de obra nas diversas componentes do projecto.

Volvido um ano de Governo de maioria PSD/CDS-PP começam a ser visíveis preocupantes sinais de abrandamento de ritmo de obras e projectos por falta de meios financeiros, como ainda recentemente o admitiu o Ministro da Agricultura na sessão inaugural da Ovibeja, bem como uma clara inversão de prioridades, abandonando-se a agricultura que representa 2/3 do investimento em favor do turismo e da produção de energia como o declarou também, poucos dias antes de se demitir, o Ministro das Cidades e do Ambiente que tutela a EDIA e que até ao momento não foi desmentido. Estes factos suscitam as maiores preocupações, fazendo antever o retorno aos tempos de má memória de abandono do Alentejo pelo poder central e podem conduzir ao defraudar das expectativas criadas pelos avanços e realizações conseguidas nos últimos anos.

Por esta razão, a Assembleia Municipal de Évora manifesta a sua profunda preocupação e decide dar publicamente nota desse facto e alertar os órgãos de soberania através do envio da presente MOÇÃO ao Senhor Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro das Cidades, do Ambiente e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

do Ordenamento do Território, ao Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Évora, 28 de Abril de 2003

(Aprovada por maioria, com 33 votos a favor e 2 votos contra)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

MOÇÃO

“INVASÃO DO IRAQUE”

Primeiro subscritor: José Luís Cardoso (PS)

A invasão do Iraque pelas forças norte americanas representa a mais grave violação do direito internacional desde a criação das Nações Unidas.

Chamando liberdade e democracia ao petróleo e a interesses estratégicos bem definidos, as forças imperialistas da coligação invadiram e destruíram um país deixando na mais profunda miséria todo um povo que, como nós saberia encontrar dentro de si as energias para se libertar do seu ditador.

O Governo Português, vergonhosamente avalizou e apoiou expressamente a destruição do Iraque, sendo co-responsável pelas milhares de perdas humanas que uma agressão injusta provocou.

A Assembleia Municipal de Évora em reunião de 28 de Abril de 2003, além de condenar veementemente a agressão de que foi vítima o povo do Iraque associa a tal condenação o Governo Português pela sua subserviência e oportunismo em apoiar uma guerra ilegítima contra a vontade dos portugueses e de todos os povos amantes da paz.

O petróleo misturado com o sangue inocente dos Iraquianos não pode ser confundido com a democracia e liberdade dos povos.

Évora, 28 de Abril de 2003

(Aprovada por maioria, com 32 votos a favor, 1 abstenção e 2 votos contra)



MOÇÃO

“«DANOS COLATERAIS», CRIMES DE GUERRA OU CONTRA A HUMANIDADE?”

Primeira subscritora: Carmen Balesteros (CDU)

Já muito se disse, escreveu e pensou sobre a ilegitimidade/legitimidade desta primeira guerra dos novos século e milénio. Contudo, o balanço final das suas múltiplas consequências, encontra-se por fazer. Sobretudo, porque os resultados de qualquer guerra têm um tempo de duração prolongado e cujo “terminus” é difícil de identificar por aqueles que as assistem ou que as vivem.

Invasão começada de um estado moderno mas, ainda terminada nem, claramente, negociada no concerto das nações, desde o seu início foi notório o envolvimento das comunidades que, por todo o mundo a ela se opuseram. De pouco valeu porque...se calhar, Vozes de Burro não Chegam aos Céus dos Senhores da Guerra!

Para além da destruição de Vidas Humanas, de vitais equipamentos públicos e privados e das respectivas memórias, esta Guerra foi profundamente destrutiva para o Património Cultural de um Povo e da Humanidade. Esta primeira Guerra do Terceiro Milénio Depois de Cristo lidou da pior forma com o Património Cultural do Terceiro Milénio Antes de Cristo!

No que a esta questão se refere, consideramos ter-se tratado de uma desavergonhada e consciente actuação de desrespeito ante as memórias da Humanidade uma vez que, os Estados Unidos e a Inglaterra terão sido alertados, por diversos especialistas, para a necessidade absoluta de evitar os expectáveis “danos colaterais”, precavendo-se a salvaguarda de tesouros patrimoniais únicos. Mas,

- ✓ O facto de ser reconhecida a mais valia destes patrimónios,
- ✓ O facto dos poderes envolvidos estarem de sobreaviso em relação aos riscos que se corriam,
- ✓ O facto de se reconhecer a necessidade de salvaguardar um património frágil e indefeso e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

✓ O facto de não terem sido tomadas medidas eficazes, mostram uma opção clara pela destruição ou saque selectivos de riquezas materiais e imateriais sem par e de difícil recuperação!

Destruíram-se e saquearam-se no Museu Nacional do Iraque em Bagdad Tesouros Universais e, sem preço da Escrita, Ciência e do saber fazer, Literatura e da poesia, Escultura e da glíptica.

Como ficar calados ante a consumação de desapiedado CRIME?

Não basta que Equipas de Jornalistas recuperem espólios desses saques, onde dezenas de peças foram, indignamente, amontoadas e quebradas para que as nossas revoltas se aclamem! É Preciso Mais Que Isso!

É preciso que os Senhores da Guerra entendam que quem não respeita as suas memórias não tem direito ao Presente e muito menos ao Futuro!

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Évora, reunida em 28 de Abril de 2003, manifesta a sua profunda indignação por mais este conjunto de atentados contra a Humanidade!

Évora, 28 de Abril de 2003

(Aprovada por maioria, com 34 votos a favor e 1 abstenção)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO

Primeiro subscritor: Baltazar Avó Damas (PS)

Aproxima-se mais um 1º de Maio, “Dia do Trabalhador”!

A Assembleia Municipal de Évora, se por um lado se regozija pelo facto dos trabalhadores poderem comemorar o seu dia em liberdade, coisa só possível com a conquista da Democracia após o 25 de Abril, por outro lado manifesta a sua apreensão face aos ataques que, nos últimos tempos, têm sido movidos aos seus direitos.

Assim, a Assembleia Municipal de Évora saúda vivamente todos os trabalhadores portugueses, independentemente do lugar onde exercem a sua actividade, no Concelho, no País ou fora dele.

Saudamos igualmente todos os trabalhadores estrangeiros que nesta altura trabalham em Portugal.

Évora, 28 de Abril de 2003

(Aprovada por maioria com 33 votos a favor, e 2 abstenções)



SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL E AO 1º DE MAIO

Primeira subscritora: Helena Costa (CDU)

25 de Abril, Dia da Liberdade, 1º de Maio, Dia do Trabalhador. Duas datas em que todos os anos as massas populares afirmam a sua identificação com valores da democracia e do progresso social.

Temos hoje um sistema político democrático, mas com problemas crescentes sobre os quais é urgente reflectir:

1. O desemprego aumentou bruscamente;
2. Aumentaram os encerramentos e as falências;
3. O custo de vida aumentou, ao mesmo tempo que se reduziu o poder de compra dos salários e das pensões;
4. Agravaram-se os impostos sobre os rendimentos de quem trabalha, cresceu a fraude e a evasão fiscal;
5. O pacote laboral viola claramente a Constituição da República – um instrumento de regressão social;
6. Portugal entrou em recessão económica, fruto de uma política de subordinação do Governo ao grande capital nacional e internacional, que assenta na intensificação da exploração dos trabalhadores e na destruição das conquistas sociais.

A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 28 de Abril de 2003, saúda mais um aniversário da Revolução de Abril de 1974, que derrubando o fascismo, garantiu a liberdade política ao Povo Português.

Saúda o 1º de Maio como dia de festa e uma afirmação de solidariedade entre os trabalhadores, do mundo inteiro, em luta pela PAZ e pelo progresso social.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Évora, 28 de Abril de 2003

(Aprovada por maioria, com 33 votos a favor e 2 votos contra)